



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1509

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MODELOS LEGAIS DA ESCANDINÁVIA DURANTE A ERA VIKING

Flávio Guadagnucci Palamin

**Resumo.** Desde o século XIX as pesquisas acerca da Escandinávia medieval e sobre os Vikings, fora do Brasil, são amplamente abordadas. No Brasil, presenciamos um crescente interesse acadêmico na temática a partir dos anos 2000. Desse modo, propomos uma revisão bibliográfica sobre um tema amplo, mas ainda pouco abordado em língua portuguesa. No presente trabalho, objetivamos a discussão acerca dos modelos políticos e legislações vigentes na Escandinávia da Era Viking. Abordaremos, entre outras, as funções da *Thing* (assembleias), do *Godi* (chefe), da *Logretta* (legislativo), do *lawspeaker* (recitador das leis), bem como as fontes que representam tais instituições, como a *Íslendingabók*, saga Islandesa escrita por Ari Thorgilsson no século XII que apresenta relatos desde a colonização da Islândia, a chegada das leis e formação das assembleias até sua conversão. Não temos muitas fontes que fazem alusão aos modelos políticos na Escandinávia da era Viking (séculos VIII-XII). Todavia, é de comum acordo entre os pesquisadores que o modelo político, aplicado na Islândia, em muito se assemelhava ao dos outros países escandinavos (Noruega, Dinamarca e Suécia) do mesmo período, sendo que sobre o modelo político islandês temos fontes suficientes. Assim, esperamos que nossa discussão possa, além de romper estereótipos sobre os Vikings, apresentar algumas características dessas sociedades, bem como possíveis referenciais bibliográficos.

**Palavras-chave:** Escandinávia; Era Viking; Modelos Políticos; Legislação.

No que diz respeito à ética e aos costumes Vikings, o que sabemos provem das inscrições rúnicas e da literatura escáldica<sup>1</sup>.

Na literatura, o homem digno era inquieto, agressivo, intimidador, vingativo, perdulário, destemido, famoso no exterior e raramente no lar. Na epigrafia rúnica da Era Viking, ele às vezes é lembrado por ter morrido longe de casa em busca de ouro e de honra, mas ele geralmente é elogiado por seu status social (como o senhor, *bumman*, *drengr*, *thegn*, *buandi*, *Godi*) ou por sua associação com

<sup>1</sup> As runas são uma forma de escrita utilizada na Escandinávia da Era Viking. Denominamos literatura escáldica as produções realizadas pelos escaldos (poetas) antes e durante a Era Viking.

outro (*lagsman, akibari, felagi*) de categoria semelhante, pelo bom controle de seu lar, suas propriedades e influências locais, ou suas qualidades como pai ou marido.<sup>2</sup> (CHRISTIANSEN, 2002, p.16)

Antes da formação das monarquias escandinavas, as sociedades Vikings eram divididas em duas classes: os escravos e os homens livres. Como aponta Sawyer (1982, p.39), o costume de possuir escravos é registrado tanto na literatura nativa quanto na estrangeira. O mais comum era que os prisioneiros de guerra se tornassem escravos, de tal maneira que diversos ataques eram investidos com o intuito de obtê-los, para uso próprio ou para venda. Sawyer (1982, p.39) e Brondsted (2004, p.209) apontam, ao trabalhar com os relatos de Adam de Bremen<sup>3</sup>, que piratas Vikings dinamarqueses pagavam tributo ao rei para poderem saquear seus vizinhos bárbaros, situados próximos ao mar norueguês, mas com frequência abusavam do privilégio, atacando seus próprios compatriotas: “E, tão logo um captura o outro, ele impiedosamente vende-o como escravo ou a um de seus companheiros ou a um bárbaro”<sup>4</sup> (SAWYER, 1982, p.39). Era possível ainda um indivíduo abrir mão de sua liberdade ao encontrar-se em momento de necessidade, levando consigo sua família.

Sawyer defende a ideia de uma terceira classe social, a dos escravos libertos, o que ocorria por iniciativa de seus donos, ou quando o próprio escravo comprava sua liberdade, o que era raro, pois dificilmente o escravo obtinha a quantia necessária para tal compra. O autor diferencia o escravo liberto do homem livre por entender que:

Qualquer que seja a emancipação legal, num mundo onde o status foi em grande parte determinado pela riqueza, escravos libertos e seus descendentes estavam, obviamente, em desvantagem e a maioria juntou-se aos níveis mais baixos da sociedade, tornando-se trabalhadores sem terra ou funcionários que, apesar de sua liberdade

---

<sup>2</sup> In verse, the worthy man was restless, aggressive, intimidating, vindictive, spendthrift, fearless, famous overseas and seldom at home. In runic epigraphy of the later Viking Age, he is sometimes remembered for having died far from home in pursuit of gold and honour, but he is usually praised for his social status (as lord, *bumman, dreng, thegn, buandi, godi*) or for his association with other (*lagsman, akibari, felagi*) of similar rank, or for his good housekeeping, property and local influence, or for his qualities as a father and a husband

<sup>3</sup> Clérigo Germanico, famoso por sua obra *História dos Arcebispos de Hamburd-Bremen*, escrita entre 1072 e 1075.

<sup>4</sup> And as soon as one catches another, he mercilessly sells him into slavery either to one of his fellows or to a barbarian

legal, foram objeto de muitas, por vezes incapacitantes, restrições econômicas e sociais.”<sup>5</sup> (SAWYER, 1982, p.40)

Fenger ainda aponta:

Assumindo a distinção usual entre homens livres e escravos, seria assim prematuro supor que a liberdade era o mesmo que igualdade. Liberdade (ou *fraelse* como era chamado) foi baseada na propriedade em sua conotação de poder ou influência. Qualificação para isso veio através da propriedade na forma de terra. A terra era a base da existência da sociedade, tanto no que diz respeito aos grupos de parentesco como indivíduos. Os indivíduos, mesmo se eles próprios eram *warlords* (os senhores da guerra), só foram vistos como guardiões da parentela.<sup>6</sup> (FENGER, 1992, p.120)

Vale salientar que durante o início da Era Viking, “as evidências das leis levaram à afirmação de que a instituição fundamental na Escandinávia Viking era a família, efetivamente maior do que a família nuclear dos tempos modernos.”<sup>7</sup> (SAWYER, 1982, p.43-4).

As diferentes divisões dos homens livres podem ser explicadas pela divisão geográfica ou por mudanças sociais, no decorrer dos séculos XII e XIII, sabendo-se que outras poderiam existir, mas que foram omitidas nos documentos. No oeste norueguês, por exemplo, os homens livres eram divididos em duas categorias: uns os *hauddar*, donos de terras herdadas e os outros homens livres de descendência, mas que trabalhavam em terras que não eram legadas. (SAWYER, 1982, p.42).

Chefes militares, os *hersar* (no singular *hersir*), também possuíam um status diferenciado:

Quando Vikings noruegueses primeiro invadiram a costa europeia no século VIII d.C., seus líderes não eram reis, príncipes ou *Jarls*, mas

---

<sup>5</sup> Whatever the legal enfranchisement, in a world where status was largely determined by wealth, freed slaves and their descendants were obviously at a disadvantage and most joined the lowest ranks of society, becoming landless labourers or servants. Who, despite their legal freedom, were subject to many, often crippling, economic and social restraints

<sup>6</sup> Assuming the usual distinction between free men and thralls, it would even so be premature to suppose that freedom was in any way the same as equality. Freedom (or *fraelse* as it was called) was based on property in its connotation of power or influence. Qualification for it came through property in the form of land. Land was the basis of society's existence, both as regards kinship groups and as individuals. The individuals, even if they themselves were *warlords*, were only seen as guardians of the kindred

<sup>7</sup> The evidence of the laws has led to the claim that the fundamental institution in Viking Scandinavia was the family, effectively larger than the nuclear family of modern times

uma categoria intermediária de guerreiro conhecida como o *hersir*. Nesta altura, o *hersir* era tipicamente um proprietário independente ou um chefe local. Seu equipamento foi geralmente superior ao de seus seguidores. Até o final do século X a independência do *hersir* tinha ido embora, e ele agora era um servo tipicamente regional do rei norueguês.<sup>8</sup> (CHARTRAND et al., 2006, p.82).

Os autores defendem a ideia de que a falta de uma igreja unificada, ou uma única religião, tenha dificultado a possibilidade do surgimento de uma monarquia unificada. Tal posição pode ser corroborada se atentarmos para fato de que as monarquias escandinavas vão se fixar com a chegada do cristianismo. Entretanto, Stefan Brink (2008, 23-4) argumenta que as comunidades antes da unificação não agiam como sociedades igualitárias, mas hierarquizadas, com reis, chefes, homens livres e escravos. Ou ainda: “É provável que a escandinavia tivesse uma situação similar com a antiga Inglaterra Anglo-Saxonica e antiga Irlanda, com pequenos reinos, senhorios e reinos maiores de vida curta”<sup>9</sup> (BRINK, P.23-4)<sup>10</sup>

Segundo Karlsson (2005, p.503), ao final da Era Viking, a Escandinávia estava unida em três reinos: Dinamarca, Noruega e Suécia. O início da formação de tais reinos coincide com a adoção do cristianismo pelas nações, no que o autor acredita ser muito provável que muitos reis fizeram uso do cristianismo como arma para subjugar os pequenos reinos tradicionais. Em datas, a Dinamarca torna-se cristã por volta do ano 965, a Noruega, nas primeiras décadas do século XI e a Suécia, somente por volta de 1100. “Em cada caso, o poder real dentro do reino consolidou-se em estreita interação com o novo elemento, decisivo na sociedade – O Cristianismo, com a Igreja Católica Romana.”<sup>11</sup> (ROESDAHL, 1992, p.32)

Não temos muitas fontes que fazem alusão aos modelos políticos na Escandinávia da Era Viking. Todavia, é de comum acordo entre os pesquisadores

---

<sup>8</sup> When Norwegian Vikings first raided the European coast in the 8<sup>th</sup> century AD, their leaders were not kings, princes or *jarls*, but a middle rank of warrior know as the *hersir*. At this time the *hersir* was typically an independent landowner or a local chieftain. His equipment was usually superior to that of his followers. By the end of the 10<sup>th</sup> century, the independence of the *hersir* was gone, and he was now typically a regional servant of the Norwegian king

<sup>9</sup> It is probable that Scandinavia had a similar situation to the one found for example in early Anglo-Saxon England and early Ireland, with small kingdoms, lordships and short-lived larger kingdoms.

<sup>10</sup> Segundo Christiansen, é possível notar, pelo menos nove tipos diferentes de reis na Escandinávia da Era Viking: sacral, fighting, feeding, monetary, state-builders, urbanizers, convert kings, sea-kings e chiefs (CHRISTIANSEN, 2000, p.133-165)

<sup>11</sup> In each case royal power within the kingdom was consolidated in close interaction with the new, decisive, element in society—the Christian, Roman Catholic Church

que o modelo político, aplicado na Islândia, em muito se assemelhava ao de outros países escandinavos do mesmo período, sendo que sobre o modelo político islandês temos fontes suficientes. (BRINK, 2008, p.24-5)

Além de estarem sujeitos ao poder de reis e de chefes locais<sup>12</sup>, os escandinavos se organizavam em assembleias regulares, as quais denominavam *Thing* e eram frequentadas pelos homens livres. Como afirmou o romano Tácito, na realidade, os primeiros povos germânicos já realizavam assembleias desse tipo, próximo ao ano 100. Não somente os países escandinavos, mas também suas colônias apresentavam o mesmo modelo político, como as ilhas Faeroe, Groelândia, Shetland, Orkney, Lewis, Ilha de Man, na Escócia continental, Irlanda, alguns lugares na Inglaterra e Islândia. (KARLSSON, 2005, p.503).

Pouco se sabe sobre a organização da *Thing* na parte leste da Escandinávia, ou seja, Suécia, Dinamarca e leste da Noruega. [...] No oeste da Noruega, por outro lado, os códigos legais, originalmente escritos nos séculos XI ou XII, são preservados.<sup>13</sup> (KARLSSON, 2005, p.504).

Nessas assembleias era costume fazer barulho com armas para expressar opinião. Em certas regiões, um veredito só seria considerado válido se as pessoas que assistiam um julgamento batessem suas armas ou as levantassem em sinal de aprovação (BRINK, 2008, p.26).

O termo, em islandês antigo, para chefe é *Godi* (no plural *Godar*)<sup>14</sup>, que, segundo Karlsson (2005, p.504), está obviamente ligado à palavra 'God' (deus) e seu ofício é *Godord*, 'a palavra de (dos) Deus (es)'.<sup>15</sup>

O *Godord* poderia ser herdado, comprado, trocado ou compartilhado, mas se fosse herdado por uma mulher, esta deveria passar a posição para um homem (KARLSSON, 2005, p.504). "No contexto islandês esses agricultores que possuem propriedades constituem o círculo eleitoral dos chefes, os quais são tradicionalmente

---

<sup>12</sup> apesar de que Vésteinsson (2007, p.18) considera pequena tais interferências

<sup>13</sup> Little is known about the organization of the þing in the eastern part of Scandinavia, that is, Sweden, Denmark and eastern Norway. [...] In western Norway, on the other hand, legal codes, originally written down in the eleventh or twelfth centuries, are preserved

<sup>14</sup> Em 1005 a Islândia contava com 48 *Godar* divididos igualmente entre o sul, leste e oeste do país, com exceção do norte que possuía três a mais devido à uma assembleia extra na primavera

<sup>15</sup> Como não havia o ofício do sacerdócio (enquanto profissionais treinados), tal função era atribuída aos reis, condes ou chefes locais. No caso islandês, onde havia a ausência de reis, os *godar* assumiam a função (LANGER, 2005, p.57-59).

considerados como *primi inter pares* em vez de governantes despóticos.”<sup>16</sup> Nessa perspectiva, os fazendeiros não eram vistos como grandes latifundiários, mas sim como proprietários das terras que cultivavam. (VÉSTEINSSON, 2005, p.18).

Os *Godar* estavam ligados a uma relação de clientela-patronato, com seus *Thingmen*, ‘seguidores’, os quais eram todos homens livres, possibilitados a escolher qual *Godi* seguir. Como não estavam presos a territórios geográficos, cada *Thingmen* poderia ser vizinho de outro sob a tutela de um diferente *Godi*. Dentre as obrigações dos *Thingmen*, estes deveriam acompanhar seu *Godi* às *Thing* e *Althing* ou ajudar a pagar as despesas dos que fossem a elas (HOLMAN, 2003, p.103).

Todos os agricultores eram obrigados a estar associados a um *Godi*, mas cada agricultor tinha o direito de escolher seu próprio *Godi* e torná-lo conhecido, uma vez por ano, à *Thing* se ele tivesse se ligado a um novo. (SØRENSEN, 2000, p.21).<sup>17</sup>

Os próprios agricultores eram legalmente livres para escolher qual *goðorð* a que pertenciam, enquanto os *Godar* também eram livres para se recusar a aceitar um fazendeiro e a expulsar um agricultor de sua *goðorð*. Todos os membros da família de um fazendeiro deveriam pertencer ao mesmo *goðorð* que ele.<sup>18</sup> (KARLSSON, 2005, p.514)

Aparte as *Things* locais, havia uma assembleia nacional que ocorria ao longo de duas semanas, durante o verão, na qual o legislativo, ‘*Logretta*’, se encontrava, chamada *Althing*. Nela também os *Godar* escolhiam fazendeiros para agir como juízes. Vemos, desse modo, que os chefes tinham controle sobre o legislativo e influência sobre o judiciário (SØRENSEN, 2000, p.21-22).

Por fim, “Após a subjugação da Islândia à coroa norueguesa em 1262-1264, as *goðorð* foram abolidas e substituídas por *sýsla* ou municípios.”<sup>19</sup> (HOLMAN, 2003, p.104)

---

<sup>16</sup> In the Icelandic context these property-owning farmers are then seen to have made up the constituency of the chieftains, who have traditionally been regarded as *primi inter pares* rather than despotic rulers

<sup>17</sup> All farmers were obliged to be associated with a *Godi*, but every farmer had the right to choose his *Godi* himself and to make it known once a year at the thing if he had attached himself to a new one.

<sup>18</sup> The farmers themselves were legally free to choose which *goðorð* they belonged to, while *goðar* too were free to refuse to accept a farmer and to expel a farmer from their *goðorð*. All members of the household of a farmer were supposed to belong to the same *goðorð* as he

<sup>19</sup> Following Iceland’s subjugation to the Norwegian crown in 1262–1264, the *goðorð* were abolished and replaced by *sýsla* or counties

Antes da fundação dos bispados, a única posição oficial nas *things* era a do *lawspeaker*, sendo sua função recitar as leis a cada verão, na *Althing*, a qual deveria ser realizada num período de três anos, quando o *lawspeaker* deveria recitar cada seção das leis da maneira mais extensa que conseguisse (SØRENSEN, 2000, p.21). De acordo com Brink, essas leis variavam de uma província a outra (2008, p.24-25). Se o *lawspeaker* sentisse que sua habilidade de memorizar as leis estava comprometida, no dia anterior à recitação ele deveria reunir-se com cinco ou mais especialistas da lei (*logmenn*), com o intuito de rever essas leis (QUINN, 2000, p.32). “A recitação anual foi o único meio formal que conhecemos através dos quais a sociedade islandesa poderia aprender as leis do país.”<sup>20</sup> (QUINN, 2000, p.32)

Como aponta Quinn, todos os cinquenta membros do conselho de leis (*logrétta*) deveriam estar presentes na recitação do *lawspeaker*. Esse mesmo conselho era responsável por inovar as leis ou criar novas. Entretanto, as mudanças só seriam reforçadas se fizessem parte do discurso do *lawspeaker*. Tal informação, somada ao fato de que “declaração da lei feita pelo *lawspeaker* deve muitas vezes ter atingido a sua própria interpretação das leis permanentes, e em alguns casos ele parece ter iniciado a legislação”<sup>21</sup>(QUINN, 2000, p.33), nos permite compreender o *lawspeaker* como uma figura detentora de certo poder e, portanto, sua escolha deveria recair sobre certos tipos específicos de pessoas. Ainda de acordo com Quinn,

a mudança da recitação oral de leis para a gravação original da lei não era simplesmente uma mudança na tecnologia de transmissão, mas implicou uma mudança significativa no poder do ofício do *lawspeaker*, um custodiante individual de uma tradição oral, para a instituição da Igreja e da sua infraestrutura tecnológica.”<sup>22</sup> (2000, p.31)

Apesar da escassez de fontes acerca das leis e modelos legais na Escandinávia da Era Viking, algumas conclusões podem ser feitas; eram sociedades

---

<sup>20</sup> The annual recitation was the only formal means we know of by which members of Icelandic society could learn the laws of the land

<sup>21</sup> the lawspeaker’s declaration of the Law must often have amounted to his own interpretation of standing laws, and in a number of cases He appears to have initiated legislation

<sup>22</sup> the change from the oral recitation of laws to manuscript recording of the law was not simply a change in the technology of transmission, but entailed a significant shift in power from the office of lawspeaker, an individual custodian of an oral tradition, to the institution of the Church and its technological infrastructure

que possuíam leis bem definidas e distintas entre as suas províncias, mantidas na memória e transmitidas na oralidade via assembleias regulares. Tradições que se mantiveram até a chegada da Igreja católica, a escrita latina e a unificação dos reinos.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRINK, Stefan. Law and Society: Politics and legal customs in Viking Scandinavia. In: BRINK, S.; PRICE, N. **The Viking World**. New York: Routledge, 2008. p. 23-31

BRONDSTED, Johannes. **Os Vikings: História de uma Fascinante Civilização**. São Paulo, Hemus, 2004.

CHARTRAND, R.; DURHAM, K.; HARRISON, M.; HEATH, I. **The Vikings: Voyagers of Discovery and Plunder**. Oxford: Osprey Publishing, 2006.

CHRISTIANSEN, Eric. **The Norsemen in the Viking Age**. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

FENGER, O. Scandinavian Society. In: ROESDAHL, Else; WILSON, David M., (organizadores). **From Viking To Crusader: Scandinavia and Europe 800-1200**. New York: Rizzoli, 1992.

HOLMAN, Katherine. **Historical Dictionary of the Vikings**. Oxford: The Scarecrow Press, 2003.

KARLSSON, G. Social Institutions. In: McTURK, Rory, (organizador). **A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p.503-518.

QUINN, J. From Orality to Literacy in Medieval Iceland. In: ROSS, Margaret Clunies (organizadora). **Old Icelandic Literature and Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.30-60.

ROESDAHL, E. The Scandinavian Kingdoms. In: ROESDAHL, Else; WILSON, David M., (organizadores). **From Viking To Crusader: Scandinavia and Europe 800-1200**. New York: Rizzoli, 1992. p.32-42.

SAWYER, P.H. **Kings and Vikings: Scandinavia and Europe A.D. 700-1100**. London: Routledge, 1982.

SØRENSEN, P. M. Social Institutions and Belief Systems of Medieval Iceland (c. 870-1400) and their Relations to Literary Production. In: ROSS, Margaret Clunies



(organizadora). **Old Icelandic Literature and Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.8-29.

VÉSTEINSSON, O. Archaeology of Economy and Society. In: McTURK, Rory, (organizador). **A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p.7-27.